

LUZES À ESQUERDA – (ROSALBA LOPES/ UFMG)

Partidos e organizações marxistas brasileiros e a democracia na década de 1970.

O trabalho, ora apresentado, resume os resultados da pesquisa desenvolvida durante o mestrado em Ciência Política, realizado no Departamento de Ciência Política (DCP) da Universidade Federal de Minas Gerais, e defendida em Fevereiro de 2001. Tem por objetivo a análise do processo de transformação ocorrido nas concepções e na prática política da esquerda marxista brasileira¹ a partir dos anos de 1973/74, quando o aniquilamento de quase todas as organizações leva ao esgotamento daquelas perspectivas que informaram a luta armada. A hipótese central desenvolvida é a de que, naquele contexto, a transformação assumiu características que permitem afirmar o início de uma inflexão democrática em nosso pensamento de esquerda, com expressões importantes em termos de prática política.

A particularidade do processo estaria no fato de desencadear, pela primeira vez na história brasileira, o questionamento de alguns elementos autoritários da cultura política de esquerda. Destaca-se, por exemplo, a crítica ao forte teor vanguardista² que historicamente se fizera presente nas formulações teóricas definidoras da ação política desta esquerda. A autocrítica, ao colocar em questão o “*vanguardismo*”, teria permitido um conjunto de transformações que consolidaria as bases para que a democracia ganhasse novos significados em suas concepções e em sua prática política. O resultado mais expressivo seria a aproximação em relação à sociedade à qual pretendiam revolucionar, propiciando um rico encontro, no qual se assentariam os alicerces da nova prática política.

Assim, o trabalho pretende dialogar tanto com aquelas análises que apontam uma incompatibilidade irremediável entre democracia e marxismo, assunto tratado no primeiro capítulo, quanto com os argumentos que identificam nas especificidades da esquerda brasileira os empecilhos maiores. Dada a centralidade da questão, iniciamos pela primeira discussão, buscando explicitar o pressuposto central do presente exercício. Qual seja: a existência de um vínculo de pertencimento entre a democracia e o universo categorial do marxismo.

No segundo capítulo passamos à discussão da esquerda brasileira. Na primeira parte, buscamos apontar, de maneira bastante sucinta e, sobretudo, através de uma revisão bibliográfica, alguns elementos constitutivos do pensamento desta esquerda. Destaca-se aqui, a consideração das análises que atentam para as conseqüências da consolidação de um marxismo de viés stalinista³ ainda que o viés trotskysta tenha se feito presente no Brasil, desde a década de 1930.

Rupturas e continuidades, eis o binômio que nos interessa resgatar através da busca de uma dimensão de herança histórica atentando, sobretudo, para os elementos anti-democráticos que se consolidam. O resgate pretendido nesta etapa encerra-se na década de 1960, momento em que assiste-se a importantes mudanças: de um lado, temos a crise do stalinismo que, iniciada no final dos anos 50 com o relatório Krushev, balança o PCB nosso mais longo partido marxista. Por outro lado, assistimos ao aparecimento de uma “nova esquerda”⁴, expressão clara da crise acima referida.

As mudanças insinuadas naquele momento terão, contudo, seu curso atropelado pelos acontecimentos que se sucedem após o golpe de 1964. Assim, na segunda parte do capítulo, centramos o enfoque na consideração de uma esquerda que, nascida numa conjuntura de radicalização da ditadura implantada a partir do golpe e, expressando o aprofundamento daquelas rupturas em relação aos pressupostos defendidos pelo PCB, inicia um processo de militarização e de fragmentação que a transformará num mosaico de pequenas organizações, em sua maioria, defendendo a revolução armada.

Nesta esquerda, formada a partir de 1967/68, sobrepõe-se à raiz stalinista - fortemente vanguardista e, embora em crise, historicamente predominante no pensamento da esquerda brasileira - as concepções foquistas⁵ que embalarão revoluções na América Latina (caso cubano), bem como, as concepções que embalarão a revolução chinesa, igualmente vanguardistas. Daí a centralidade do tema da revolução e o aprofundamento dos elementos anti-democráticos aos quais já nos referimos.

Interessa-nos também, avaliar a hipótese de que ao período de predominância desta concepção corresponderia um distanciamento acentuado entre essas organizações de esquerda e os movimentos sociais. Tal aspecto, segundo Marco Aurélio Garcia, teria levado a que o debate político-ideológico se perdesse nas “*filigranas de uma discussão estratégica e, posteriormente, se (diluísse) num militarismo que fazia da teoria uma perda de tempo*”⁶.

A interpretação simplificada da noção de vanguarda de Lenin atribuindo a intelectuais revolucionários que dispõem do domínio da “ciência marxista” o papel de direção das lutas operárias encontra terreno fértil e acaba por consolidar a preocupação quase que exclusiva com este elemento, capaz de levar à tão desejada transformação. Bastaria então, apenas uma vanguarda para detonar o processo de tomada do poder político. A influência exercida pelo foquismo também nos ajuda a compreender porque o marxismo servirá às disputas exegéticas, opondo seitas que supõem dispor de uma compreensão “*mais correta*” dos rumos da História, incapazes, pois, de desenvolver uma prática tolerante e pluralista. Neste momento, o distanciamento em relação à democracia pareceu atingir o ápice.

Ainda aqui, estamos diante um trabalho de revisão bibliográfica na medida em que, o capítulo baseia-se em análises já publicadas⁷. Tais análises, ao considerar o vanguardismo, que se aprofunda naquele momento, a partir da sobreposição do maoísmo e do foquismo ao viés stalinista, nos oferecem a possibilidade de compreender os caminhos teóricos que levaram ao aprofundamento de uma prática política distanciada da sociedade. Somado à dureza do regime militar no período, este distanciamento permitiu o desmantelamento de tais organizações e o esgotamento daquela perspectiva revolucionária.

Assim, os anos iniciais da década de 70 envolveram tanto uma reconstrução no sentido físico, uma vez que, era preciso substituir militantes mortos ou exilados, quanto uma discussão dos pressupostos que informaram o tipo de ação política preconizado pelos ideais da revolução armada. Acreditamos ser possível afirmar que, na clandestinidade daqueles anos deu-se os primeiros passos no sentido de uma inflexão democrática tanto no pensamento, quanto na prática política da esquerda brasileira. Trata-se pois, de evidenciar tal inflexão.

Ao longo do terceiro capítulo buscamos desenvolver a análise dos elementos que nos permitiriam situar, naquele momento, a ocorrência de um processo de *refundação* desta esquerda. Este, resultaria da conjugação de, pelo menos, três elementos:

1) Uma lógica situacional. Ou seja, nas condições impostas pelo regime militar, e dada a impossibilidade de continuidade da luta armada, a defesa da democracia toma lugar central no programa das esquerdas implicando em transformações no plano da ação política. Torna-se vital a discussão e definição de novas formas de ação política e, por conseguinte, a redefinição dos pressupostos teóricos que sustentam aquela ação. Verifica-se pois, um intenso processo de crítica e autocrítica, segundo elemento tratado no capítulo.

2) Um processo de autocrítica. Interessa-nos aqui, verificar e acompanhar a gênese de tal processo, explicitando os elementos que o compõem. Destaca-se a identificação da distância em relação aos movimentos de massa como uma das questões mais frequentemente abordadas, juntamente com as propostas que buscam criar formas de inserção que superem tal distanciamento. A discussão evolui ao longo da década de 1970, sendo que, os documentos nos permitem acompanhar mudanças significativas como, por exemplo, a passagem da indicação de uma política de proletarização

como forma de inserção na sociedade, à defesa da construção - junto com os trabalhadores - de um partido político como caminho para que se realize este encontro entre vanguarda e sociedade. Tornam-se importantes as discussões e mudanças quanto à concepção das funções do Partido Político.

Insinuam-se, assim, mudanças que provocarão, no plano concreto da realidade, um enraizamento das organizações de esquerda no corpo da sociedade, sobretudo, através do estabelecimento de novas relações com as demais formas de organização que se multiplicam naquele contexto. Destacam-se aí as organizações de bairros, os movimentos organizados pela Igreja, as novas organizações sindicais etc. Tratou-se portanto, de acompanhar esse encontro, esta construção de novas relações.

3) O terceiro elemento constitutivo do processo, seria a ampla discussão que se verifica em torno dos referenciais teóricos. Ou seja, por um lado, crítica e distanciamento dos paradigmas stalinistas que haviam prevalecido na esquerda brasileira até os anos sessenta, por outro, uma tentativa de resgatar importantes textos de Lenin, sobretudo aqueles que tratam das questões democráticas e, por fim, estabelece-se um diálogo com novas vertentes teóricas surgidas no interior do marxismo. O eurocomunismo seria um dos exemplos. O ponto a destacar é a busca por discussões em torno das questões democráticas.

A partir do desenvolvimento da análise desses três elementos, e guardadas as diferenças no encaminhamento do processo, foi possível perceber a conformação de três campos no interior da esquerda marxista brasileira. Um primeiro campo, pouco explorado, visto que se recusou ao debate. Neste caso, ainda que a autocrítica tenha avançado na identificação dos problemas decorrentes da lógica vanguardista, a inflexão não ocorreu e a democracia continuou vista como um instrumento de dominação da burguesia.

No segundo campo que vimos surgir, a limitação no processo já insinua-se naquele primeiro momento de autocrítica, quando a identificação da distância em relação às massas não culmina na discussão da relação do partido com a classe que pensa representar. Neste caso, não há superação do paradigma stalinista e a defesa da democracia se fará em seu sentido instrumental. Ou seja, como algo que pode ser descartado assim que a construção do socialismo tornar-se plausível.

Por fim, foi possível demonstrar a superação daquele paradigma a partir da conformação de um terceiro campo no interior da esquerda. Neste caso, a autocrítica, tendo posto em xeque a lógica vanguardista, aprofundou-se a ponto de alterar as relações entre as organizações da vanguarda política e as demais formas de organização presentes no interior da sociedade civil. Contempla-se ainda, a recolocação da problemática da democracia que agora surge associada ao socialismo. Ou seja, nas formulações que começam a desenvolver-se neste campo da esquerda marxista brasileira, a importância da democracia vincular-se-á àquela dimensão ressaltada por Marx⁸ e que diz respeito à possibilidade da emancipação humana.

O acompanhamento deste processo de autocrítica foi realizado a partir da análise do material produzido pelas organizações que sobreviveram à sanha da ditadura nos anos 70. Desnecessário frisar que as próprias condições em que foram produzidos dificultam tanto a sua localização, quanto a identificação dos autores individuais ou coletivos que os produziram. De um lado, muitos destes documentos ainda se encontram em arquivos particulares, presos ainda à história de vida dos militantes que os elaboravam ou que, simplesmente, refletiam sobre eles. São, ainda, fragmentos de um passado envolto pela proximidade do tempo e, nesta condição, descansam em prateleiras tantas vezes inacessíveis ao pesquisador. Encontrá-los revela-se, pois, um primeiro desafio. De outro lado, o fato de nem sempre serem assinados ou de estarem repletos de siglas e símbolos, numa tentativa de dificultar a identificação de autores e conteúdos, torna ainda mais difícil sua utilização.

Assim sendo, tivemos por base, em primeiro lugar, os documentos que pertencem ao Acervo do Projeto “Brasil Nunca Mais” organizado pela Arquidiocese de São Paulo em 1985 e disponíveis no Arquivo Edgar Leuenroth do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Trata-se de documentos apreendidos em poder de militantes presos pela repressão, constituindo-se um rico conjunto de fontes primárias que “permitem recuperar os projetos e as ações das diversas organizações e setores da sociedade que se opuseram ao regime”. (Projeto Brasil Nunca mais – Tomo VI, vol. 1: Índice dos Anexos). Encontramos naquele acervo, composto por mais de dez mil peças, desde documentos oficiais das organizações e partidos, passando por documentos de discussão e estudo, documentos de propaganda, periódicos e pronunciamentos individuais. Através deles é possível recuperar também as práticas desenvolvidas pelos setores sociais, entidades da sociedade civil e indivíduos “cujas propostas de transformação/modernização da sociedade brasileira foram derrotadas pelo regime militar” (...) (BN, op. cit.).

Para nosso propósito, a parte mais sugestiva refere-se ao processo de reaglutinação e de autocrítica das organizações de esquerda. Avançando cronologicamente até a segunda metade da década (1976/77), tais documentos permitem um acompanhamento razoavelmente amplo, conforme pretendemos ter demonstrado. Vale ressaltar a importância daqueles cuja autoria pode ser identificada, uma vez que, grande parte do acervo identifica, apenas, a organização à qual pertencia o militante em poder do qual foram apreendidos. Alguns arquivos pessoais constituíram-se, também, em rica fonte de pesquisa. Da mesma maneira, as entrevistas que, ao dar voz àqueles militantes, muitas vezes conduzem-nos à identificação de autores individuais ou coletivos que, mesmo vivenciando a dura experiência da repressão, foram capazes de repensar suas idéias e sua prática política. Também aqui, buscamos trabalhar com documentos pertencentes às diversas organizações, buscando os caminhos trilhados em suas tentativas de reorganização.

O marco final da pesquisa, foi dado pela formação do Partido dos Trabalhadores, processo que, embora não tenhamos tido em mira, nos parece apropriado como marco divisor, na medida em que, torna-se expressão de transformação na dinâmica de fragmentação que fez de nossa esquerda um mosaico de pequenas organizações. Revelam pois, mudanças importantes, ao menos, em termos de convivência com a pluralidade. Transformação também, em relação ao processo de sua criação, fruto que foi, do real encontro entre as organizações partidárias saídas de profunda crise, e organizações que se formaram autonomamente no interior da sociedade: sindicatos, associações de bairros, são alguns exemplos.

Dito de outra forma, verifica-se com a formação daquele partido a ocorrência de mudanças em, pelo menos, duas constantes na história desta esquerda: por um lado, a tendência à fragmentação, aos sucessivos rachas, expressando uma maior capacidade de convivência com a diversidade de pontos de vista, conforme já apontamos. De outro, a busca de enraizamento na sociedade, expressando transformações importantes em relação às concepções teóricas que passam a informar sua ação política.

Acreditamos que o acompanhamento das trilhas seguidas no processo de transformação em questão pode permitir alguns ganhos, dentre os quais destacamos a possibilidade de compreensão do autoritarismo - elemento apontado como caracterizador da esquerda brasileira - em sua condição histórica, ou seja, em sua transitoriedade. Por outro lado, pretende-se o resgate do que seriam as bases de um projeto democrático de esquerda no país, buscando delinear seus contornos. Para além de sua incompletude - que de resto, torna-se óbvia quando lembramos que nossa história é marcada por fatores como: tradição escravista, modernização conservadora, tardia organização da esquerda (só ocorrida no século XX), quase ausência de períodos democráticos etc - gostaríamos de ressaltar os aspectos que permitiram a construção de pressupostos e de ação política mais democráticos.

Vale ressaltar que, no curto período que vai de 1974 à 1979, esta esquerda minimiza a tendência aos rachas, forma um partido político que, por sua vez, engloba grande parte das organizações que antes rivalizavam na pretensa

direção da revolução brasileira. Ou ainda que, em apenas dez anos, o Partido formado neste processo quase conquista a vitória nas eleições presidenciais revelando que, mesmo carregando fortes traços vanguardistas e longe de resolver seus problemas internos, houve uma significativa aproximação em relação à sociedade que pretendem transformar.

Neste diapasão, verificamos que todo o processo de reavaliação da questão democrática pelo qual passou a esquerda marxista brasileira na década de 1970, reafirma o pertencimento da democracia ao universo categorial do marxismo e ajuda a combater a crítica liberal que, tornando-se hegemônica, sobretudo após a queda do muro de Berlim, deitou por sobre a teoria marxista, como característica intrínseca e inarredável, um autoritarismo que não se verifica em sua origem. Desta forma, há razões para que a esperança na construção da igualdade não dependa da destruição da liberdade. E, assim, seja possível pensar um projeto democrático de esquerda que considere a solução dos problemas do país, incorporando nele a utopia libertária perseguida pelo marxismo. Dito de forma mais corriqueira, pode haver luz no fim do túnel.

NOTAS

¹Estaremos enfocando a esquerda marxista organizada partidariamente.

²A idéia de uma lógica vanguardista pode ser formulada tomando-se, por exemplo, as reflexões de Daniel Aarão Reis Filho em seu livro *A Revolução faltou ao encontro: os Comunistas no Brasil*, onde o autor parte da seguinte constatação: (...) *as organizações comunistas auto-proclamam-se vanguardas políticas, Estados-Maiores(...)* (REIS FILHO, *A Revolução Faltou ao encontro: os Comunistas no Brasil*, 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1990, op.16). Em sua opinião, as referências nesse sentido remontam a Marx e Engels e permeiam a trajetória dessas organizações até muito além da dissolução da III Internacional, ocorrida em 1943. Assim, "(...), *por sua própria natureza, (essas organizações) devem preocupar-se prioritariamente com a formulação de suas bases políticas (...). O postulado teria sido observado escrupulosamente pelos comunistas brasileiros*" (op.cit), pp. 16 e 17).

³MORAES, João Quartim de. A Influência do Leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et. al. *História do Marxismo no Brasil*. V.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

⁴O termo “nova esquerda” é utilizado por Marco Aurélio Garcia no artigo intitulado: *O PC realiza o V Congresso. Surge a nova esquerda*. EM TEMPO, 30/08 a 05/09/79. N.79, Série Contribuição à História da esquerda Brasileira (1960/1979). Ver também ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

⁵Teoria segundo a qual a revolução começa com um pequeno foco de guerrilheiros numa região camponesa, de preferência montanhosa. A esquerda brasileira toma conhecimento da teoria através dos escritos de Che Guevara – *A Guerra de Guerrilhas*, 1960 – e de Régis Debray – *Revolução na Revolução*, 1967 (GORENDER, 1998: 11).

⁶GARCIA, Marco Aurélio, *Contribuição à História da esquerda brasileira (1960-1979)*. Jornal EM TEMPO, n.81, setembro/1979.

⁷Destacamos: GARCIA, Marco Aurélio. *As Esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5ª edição. São Paulo: Ática, 1998. REIS FILHO, 1990, op.cit. RIDENTTI, Marcelo. *O Fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

⁸Cf. GUIMARÃES, Juarez Rocha. *Marxismo e Democracia: crítica à razão liberal*. São Paulo: Xamã, 1998.